

AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO OESTE DO PARANÁ: UM PANORAMA PRELIMINAR¹

Paulo Roberto Azevedo²
Silvio Antônio Colognese³
Pery Francisco Assis Shikida⁴

RESUMO: Este trabalho constitui-se num levantamento de dados primários tendo como objetivo fornecer um panorama geral sobre a situação das agroindústrias familiares de algumas localidades do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia, Missal, Vera Cruz do Oeste e Lindoeste), para 1998. Evidencia-se, para isso, a ocorrência de um conjunto de condições de produção das agroindústrias familiares envolvendo: área de comercialização, clientela, acesso a mercados mais distantes, grau de profissionalização e interação da legislação vigente, existência de assessorias, disponibilidade de crédito, nível tecnológico, aspectos da produção e fixação de mão-de-obra. Como resultados, pode-se inferir que as agroindústrias familiares pesquisadas são essencialmente ligadas à pequena propriedade, com baixa capitalização, marcadas pelo tradicionalismo que atinge produção, administração e comercialização. A ausência de programas de financiamento, assessoria e apoio à comercialização e a relativa dificuldade de permanência de grupos mais jovens na área contribuem para o distanciamento econômico e a defasagem tecnológica dessas unidades produtivas. Como políticas voltadas para o setor, salienta-se a necessidade de maior integração entre setor público, associações e cooperativas agrícolas, procurando viabilizar, a baixo custo, programas de assessoria técnica e econômica. Apesar destes fatores limitadores, as agroindústrias familiares podem ser vistas como uma alternativa aos pequenos produtores. Seu melhor dinamismo não refletirá somente na própria modernização do setor agrícola, como em maiores arrecadações, nível de emprego e qualidade de vida no campo.

PALAVRAS-CHAVE: agroindústria familiar, Oeste do Paraná, condições de produção e perspectivas.

ABSTRACT: This present work comprises a collection of primary data which aim at providing a general outlook on the situation of family agro-industries in some locations in the western side of the state of Paraná (Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia, Missal, Vera Cruz do Oeste and Lindoeste) for the year 1998. The existence of a group of conditions for production among family agro-industries becomes evident and involves: area of commercialization, clientele, access to more remote markets, degree of professionalization and interaction by the present legislation, the existence of advisory, availability of credit, technological level, aspects concerning production and labour. As a result one can infer that the family agro-industries which were researched are essentially linked to the concept of “small property”, featuring low capitalization, best known for the traditionalism which reaches production, management and commercialization. The lack of financing programs, advisory and support to commercialization along with the low occurrence of younger groups’ permanence in the business altogether contribute to their economic distancing as well as their dephasing in technological terms. As policies directed to the segment, one points out the call for a greater integration among the public segment, agronomic associations and cooperatives seeking to viabilize, at low expense, programs for technical and economical advisory. Despite such limiting

¹ A pesquisa da qual resulta este trabalho foi desenvolvida pelos alunos do Laboratório de Pesquisa Social, do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), durante 1998. Uma versão anterior deste estudo foi apresentada no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

² Doutorando em Sociologia pela UFRGS, Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIOESTE. Rua da Faculdade, 2550 - Toledo (PR) - CEP: 85903-000.

³ Doutor em Sociologia pela UFRGS, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIOESTE.

⁴ Doutor em Economia Aplicada pela ESALQ/USP, Professor Adjunto do Departamento de Economia da UNIOESTE. E-mail: pfashiki@unioeste.br

factors, these family agro-industries may be seen as an alternative for the small producers. A subsequent better dynamism will not only reflect on an updating of the agricultural segment itself, but also on higher profits, job opportunities and the quality of life in the country.

KEY WORDS: family agro-industry, the western side of the state of Paraná, conditions for production and perspectives.

1 INTRODUÇÃO

O paradigma de que a agricultura familiar não reúne condições materiais para o seu desenvolvimento não se confirma, por exemplo, nos países capitalistas avançados, mormente na Europa e Estados Unidos – “é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas” (Abramovay, 1992: p.19). Nestes, o agricultor interage com uma gestão eficiente da propriedade e com estratégias bem definidas de financiamento da produção e conseqüente comercialização.

Contudo, esta realidade não é a constatada no Brasil, típico representante dos países em desenvolvimento e com grande diversidade em termos da agricultura (localização das culturas, estrutura produtiva e fundiária, etc). A realidade da agricultura familiar no Estado de São Paulo, considerada uma das mais dinâmicas do País, denota, entre outras coisas, a perda da competitividade tecnológica e a descapitalização dos produtores (Carvalho e Kuhn, 1998).⁵

No Paraná tal enfoque não foge muito à regra. De uma agricultura tradicional, na qual prevalecia a mão-de-obra em relação à mecanização, a agricultura paranaense passou por uma fase de relativa modernização com uso intensivo de máquinas, implementos e insumos agrícolas, além de crédito subsidiado (décadas de 1960 e 70). No entanto, a desigualdade em termos de distribuição de créditos e dos investimentos em pesquisa produziu resultados diferenciados, seja no desempenho das atividades produtivas seja na condição do produtor (Iaschombek e Santos, 1998; Piffer, 1997).

Essas transformações que ocorreram no Paraná foram sentidas particularmente na região Oeste do Paraná, também impulsionadas pelo avanço de máquinas, equipamentos, sementes selecionadas,

crédito abundante, etc., sobretudo para a produção de soja e trigo. A economia agrícola do Oeste do Paraná modificou, e isto implicou em novas formas de estruturação da produção e comercialização, refletindo na pauta dos produtos de exportação, na agroindústria, comércio, emprego, etc. Esse caráter modernizante, dinâmico e diversificado moldou e inseriu a dinâmica da economia do Oeste na dinâmica da economia nacional (Piffer, 1997).

Neste contexto de dinamismo, no Oeste do Paraná, última região desse Estado a ser colonizada e ocupada, os pequenos e médios proprietários rurais - que conformam o que denomina-se neste estudo de agroindústrias familiares - têm certa expressão, devido sobremaneira ao fato desta região apresentar grande influência dos complexos de agroindústrias, cuja cadeia produtiva é caracterizada pela integração dos pequenos produtores rurais na produção de soja, trigo e milho, suínos e aves, entre outros (Piffer, 1997).

Não obstante, diversos problemas interferem diretamente no êxito dessas atividades, existindo dificuldades relacionadas à produção, comercialização e financiamentos, sendo flagrante também a pouca organização dos pequenos produtores para industrializar os produtos de suas atividades agropecuárias, bem como para adequar-se às várias restrições previstas pela legislação ambiental, vigilância sanitária e fornecimento de serviços, como transportes dos produtos não agrícolas produzidos na pequena propriedade rural. É nestas questões que baseia-se este estudo, considerando que esta nova proposta de desenvolvimento rural deve necessariamente emergir na pauta dos próximos embates políticos de âmbito nacional como um importante fator para o desenvolvimento rural. Acredita-se, portanto, que seja fundamental o desenvolvimento de pesquisas regionalizadas sobre o tema.⁶

⁵ Maiores considerações sobre a produção agrícola familiar, em seus diversos aspectos, ver: Shanin (1980), Chayanov (1981), Müller (1982), Abramovay (1992), Jones e Bressan (1998), entre outros.

⁶ Segundo Couto e Couto Filho (1998, p.589), “novas atividades relacionam-se menos com a agricultura do que com a indústria e os serviços (...). Não sendo mais exclusivamente agrícola, o mundo rural diversifica-se e faz surgir um novo ator social – o agricultor em tempo parcial (*part-time farmer*), produto da queda dos rendimentos médios dos agricultores e da liberação

Assim, este trabalho constitui-se num levantamento de dados primários tendo como objetivo central fornecer um panorama geral sobre a situação das agroindústrias familiares de algumas localidades do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia, Missal, Vera Cruz do Oeste e Lindoeste), para 1998. Este estudo, numa perspectiva mais geral, busca também a produção de um diagnóstico acerca do desempenho e do futuro desta alternativa de subsistência rural. Outrossim, o resultado final do trabalho visa externar esta fase do trabalho para que aperfeiçoamentos futuros sejam feitos. Salienta-se, desta forma, que os dados levantados devem ser considerados não como um fechamento sobre o tema, mas como um caminho para novas pesquisas e propostas. Afora esta introdução, este estudo ainda compreende a metodologia proposta (seção 2), um breve painel da região Oeste do Paraná (seção 3), os resultados e discussão (seção 4) e as considerações finais (seção 5).

2 METODOLOGIA

O intuito inicial do trabalho foi, conforme proposta do Fórum Regional das Entidades do Oeste do Paraná (FREOP), explicitar a ocorrência de um conjunto de condições de produção das agroindústrias familiares envolvendo: área de comercialização, clientela, acesso a mercados mais distantes, grau de profissionalização e interação da legislação vigente, existência de assessorias, disponibilidade de crédito, nível tecnológico, aspectos da produção e fixação de mão-de-obra.⁷

A partir destes aspectos delimitou-se inicialmente a amostra. O ponto de partida, tomado como universo básico de referência, foram aproximadamente 150 pequenas agroindústrias familiares ligadas a entidades filiadas ao FREOP. Para definição de uma amostra estatisticamente válida para a pesquisa, optou-se pela técnica da “bola de neve” e pelo critério de ponto de saturação⁸, no

da mão-de-obra agrícola”. É importante destacar que a maioria dos estudos sobre o agricultor em tempo parcial concentra-se nas situações em que ele vende sua força de trabalho fora da propriedade, por um certo período de tempo. O presente trabalho mostra que, mesmo o agricultor em tempo parcial, pode não se tornar operário, mas, sim, dono de uma pequena agroindústria.

⁷ O roteiro de questões que orientaram a condução das entrevistas foi elaborado basicamente por Peter Van Meerbek, assessor do FREOP.

⁸ A técnica da “bola de neve” pode ser entendida como um processo de controle permanente das informações coletadas através da “reformulação contínua (e crescente sofisticação) da hipótese original até que a rede de

qual não foi definido previamente um número definitivo de casos a serem investigados, repetindo-se a averiguação até o momento em que eles começassem a repetir sucessivamente os dados em apuração. As entrevistas, realizadas no segundo semestre de 1998, compreenderam 23 agroindústrias familiares distribuídas nos municípios de Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia, Missal, Vera Cruz do Oeste e Lindoeste. O critério de escolha dos municípios guiou-se pela existência de contatos locais que pudessem conduzir os pesquisadores até as unidades familiares produtoras. Não obstante o número de entrevistas efetuadas já apresentarem uma regularidade de dados, realizou-se mais cinco entrevistas, ainda no segundo semestre de 1998, perfazendo um total de 28 (18,66% do universo a ser investigado, distribuídos entre os seis municípios supracitados). Efetuada esta etapa, os dados foram tabulados e cruzados para fornecer as informações que seguem na seção 4. Antes, para melhor elucidação do macroambiente estudado, faz-se necessário elaborar um breve painel da região Oeste do Paraná (seção 3).

3 UM BREVE PAINEL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ

O território da Região Oeste do Paraná, situado no terceiro planalto paranaense, limita-se ao sul, pelo Rio Iguaçu, com a região sudoeste; ao norte, pelo Rio Piquiri, com a região noroeste; a leste pelo Rio Guarani, com a Região de Pitanga e Campo Mourão e a oeste, pelo Rio Paraná, estabelecendo fronteira com as repúblicas do Paraguai e Argentina. Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE)⁹, esta região é denominada de Extremo Oeste do Paraná nº 21 ou 288 (Oeste do Paraná) e atualmente se divide nas microrregiões de Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu. A Região Oeste do Paraná apresenta, segundo a FIBGE, superfície de 22.967,9 km ou seja, 2.296.790 ha, correspondendo a 11,5 % da superfície do Estado do Paraná, com uma densidade populacional de 44,23 hab/km², superior à média estadual de 42,36 hab/km².

relações sociais se torne clara” (Camargo, 1984, p.23). Já o critério de ponto de saturação “indica que o término de uma entrevista é percebido quando os temas que a alimentam se extinguem ou passam a girar num círculo vicioso” (Colognese, 1991, p.50).

⁹ //www.ibge.gov.br

O oeste paranaense, apesar de ter se iniciado sua ocupação de forma muito lenta no século passado, efetivou-a somente a partir da década de 1940. Outrossim, o período mais intenso dessa ocupação e colonização foram as décadas de 1950 e 60. Esta região, na década de 60, apresentou a mais rápida transformação tecnológica na área agrícola do Paraná, destacando-se na produção de lavouras temporárias, principalmente de soja e trigo. A produção de soja é uma atividade que a partir de 1970 tem se destacado sobre as demais culturas da região. Segundo as informações levantadas pelo Censo Agropecuário de 1985 (FIBGE, 1985), a produção de soja foi de 1.331.516 toneladas para uma área de 667.662 ha, enquanto a produção de trigo se posicionou em segundo lugar com 929.202 toneladas. O último Censo Agropecuário (FIBGE, 1995-1996) acusou, para a soja, uma produção equivalente a 6.046.293 toneladas para uma área de 2.259.401 ha, ou seja, taxas de crescimento de 354,1% e 143,2%, respectivamente. No entanto, a produção de milho se posicionou em primeiro lugar, com uma produção de 6.597.905 toneladas.

A colonização do Oeste deu-se por correntes migratórias de dois movimentos distintos: o primeiro foi originário do norte paranaense, devido à substituição do café por outras atividades de lavoura ou pecuária e o segundo formado principalmente pelos descendentes de alemães e italianos, provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A população apresentada pelo Censo Demográfico (FIBGE, 1991) é de 1.015.929 habitantes, representando 12,03% da população do estado. A população do oeste paranaense em 1970 era de 752.432 habitantes, 20% estavam nos centros urbanos e 80% no setor rural. Em 1980, a região tinha 960.709 habitantes; população urbana e rural praticamente se igualavam, ou seja, 50,4% e 49,6%, respectivamente. Em 1991 aconteceu a inversão, a população urbana representava 72% enquanto a população rural caiu para 28% de um total de 1.015.929 habitantes.

Esta inversão deve-se basicamente à intensificação do uso da tecnologia o que, paralelamente, também exige o investimento das unidades produtoras em maquinaria e insumos. Aos pequenos proprietários, sem disponibilidade de capital para investimento, restou o abandono do setor agrícola, a proletarianização rural ou a procura de outras formas de produção.

Neste processo, o crescimento das cidades, que acompanhou o esvaziamento do setor rural, passou a representar uma alternativa potencial à pequena agricultura produtora de alimentos, uma vez

que esta não era alvo da agricultura exportadora. Este novo mercado abriu espaço não só para alimentos *in-natura* mas também para uma pequena industrialização de produtos oriundos de pequenas propriedades.

Dessa forma, houve um espaço para a expansão de atividades não diretamente agrícolas no meio rural em algumas regiões brasileiras. Por exemplo, na Bahia, o agricultor em tempo parcial busca complementar a sua renda, além de ocupar mão-de-obra liberada (Couto & Couto Filho, 1998). O mesmo ocorre na região leste do Paraná, onde as ocupações rurais não agrícolas são heterogêneas, caracterizadas por dinâmicas variadas (peculiaridades do próprio setor agropecuário, da geografia e distribuição espacial da população, estrutura agrária, etc.).

Esta técnica de subsistência (alternativa), mesmo não sendo novidade em países desenvolvidos, no Brasil começa a chamar a atenção de pesquisadores por seu crescente avanço. As novas condições de produção rural forçaram certas camadas da população a definirem-se por dar continuidade, como estratégia de sobrevivência e reprodução social, às atividades que sempre exerceram para o seu próprio uso e reorientá-las, agora para uma atividade econômica extra. Assim sendo, o pequeno proprietário rural “reinventa” sua profissão e busca novas alternativas para poder crescer no campo. As atividades tidas anteriormente como exclusivamente de subsistência familiar passam a ser alternativas de emprego e renda no meio rural, amiúde envolvendo verdadeiras cadeias produtivas e serviços de pessoas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil das agroindústrias familiares do Oeste do Paraná

Entre os entrevistados, considerando que o respondente em geral também era o condutor da unidade produtiva, a maior parte (59,09%) tem idade entre 36 e 55 anos, o que pressupõe existir uma tendência de florescerem as agroindústrias familiares entre famílias de constituição mais longa, provavelmente em função da acumulação de alguma experiência e da possibilidade de contar com a mão-de-obra dos filhos. Neste contexto, a pesquisa apontou que, entre os filhos desses pequenos agroindustriais, 64,11% têm mais de 15 anos. A maioria desses (81,81%) são proprietários da terra em que trabalham e têm sua pequena agroindústria. São pequenas propriedades, onde a

maior parte (71,42%) varia entre 6 e 25 ha, na qual a unidade familiar trabalha sem associar-se a outras pessoas (numa proporção de 90,9%). O trabalho é eminentemente familiar; apenas 8,7% das unidades possuem empregados registrados. O valor patrimonial da unidade de transformação (equipamentos agroindustriais) também é baixo: 42,11% dos proprietários calcularam que o valor de seus equipamentos variava entre R\$ 1.000,00 e R\$ 5.000,00, enquanto 21,05% avaliaram seus equipamentos em menos de R\$ 1.000,00. Além da agricultura familiar, os produtos são bastante diversificados, não obedecendo a nenhuma especificação por microrregião, ou seja, produzem-se bolachas, derivados de leite, derivados de cana (mormente a aguardente e álcool medicinal), vassouras, derivados de carnes (embutidos).

As precárias condições de infra-estrutura educacional da zona rural brasileira marcaram a vida desses agricultores: 63,67% têm escolaridade primária (até a quarta série) ou nula. Contudo, este é um quadro que vem apresentando mudanças, haja vista que 100% das crianças em idade escolar estão frequentando aulas (isto, vale citar, para a região em realce).

O grau de organização destes agricultores não pode ser considerado baixo, uma vez que 68,18% são ligados a alguma associação de agricultores e 50% dos mesmos são associados a alguma cooperativa de crédito. Não obstante, apenas 31,82% informaram terem usufruído de algum financiamento (50% sequer têm conta bancária). Isto pode sinalizar para uma eventual dificuldade em investimentos, mas aponta também para uma ausência de endividamento desses pequenos produtores (61,91% dos entrevistados não possuíam dívidas de financiamento).

Quanto à assessoria, 72,22% afirmaram não ter tido nenhuma, sendo declarada a necessidade de assessoria em comercialização, técnicas de produção e tecnologia, legislação, contabilidade, entre outras menos solicitadas.

A integração entre estas agroindústrias familiares e a legislação pública é muito baixa: 81,82% das empresas não têm Cadastro Geral do Contribuinte (CGC) e a mesma quantidade não tem seu produto registrado. Por consequência, 86,34% das unidades produtoras não recolhem impostos. Como corolário, a produção é predominantemente informal: 82,19% destes pequenos produtores afirmaram ter entre muito pouco e nenhum conhecimento da legislação que define normas de produção acerca de seus produtos. Entretanto, nenhuma das propriedades teve problemas com a

inspeção sanitária, o que se explica pelo fato de nenhuma ter sido visitada por fiscais da mesma.

Com respeito às técnicas de produção, o nível de profissionalização também revelou-se precário. Entre as unidades produtoras, 36,36% afirmaram não padronizar pesos e medidas de seus produtos, utilizando-se ainda da tradicional técnica do "a olho".

No tocante à matéria-prima, apenas 45,45% possuem estoque da mesma e 54,55% possuem estoque do produto. A apresentação do produto ao consumidor é predominantemente anônima, uma vez que 77,27% dos produtores não possuem um rótulo da empresa. As vendas são temporárias (61,91%), coincidindo com os períodos de produção da matéria-prima. A clientela encontra-se, na maior parte dos casos, nas pequenas cidades circunvizinhas à propriedade (75%), variando entre pequenos mercados, em vendas diretas em feiras ou diretamente em residências de consumidores.

4.2 Discussão e principais apontamentos

Começando pela faixa etária das famílias pesquisadas, acredita-se que este resultado possa indicar um obstáculo à permanência de grupos mais jovens no setor, o que pode estar ligado à dificuldade da subsistência em função do contínuo processo de fragmentação das propriedades via transferência por herança. Este ponto é confirmado pelo fato de a maioria dos filhos - que se encontram trabalhando na propriedade - residirem com os pais e permanecerem solteiros.

Os dados relativos à propriedade evidenciam que a agroindústria familiar é essencialmente ligada à pequena propriedade; talvez por ter origem nas próprias estratégias tradicionais de beneficiamento doméstico da produção (o que se pode observar também pelo tipo de produtos fabricados) e por ser um recurso para a manutenção destas propriedades na difícil conjuntura na qual se encontra a agricultura. É característica a baixa capitalização das empresas, seguindo-se a restrita ocupação de mão-de-obra. Por consequência, a agroindústria familiar tem-se mostrado apenas como uma possibilidade de sobrevivência e não como um caminho para o crescimento destas unidades de produção.

Isto fica destacado também em alguns aspectos relacionados às técnicas de produção marcadas profundamente pelo tradicionalismo que atinge produção, administração e comercialização. A falta de estoque, tanto do produto como da

matéria-prima, o não uso de rótulos de identificação no produto, a falta de registro da empresa, o emprego restrito de tecnologia, a produção não padronizada, entre outras questões, evidenciam esta dificuldade de adaptação a uma produção de âmbito comercial, passando a imagem de que houve apenas um aumento do fluxo de produção na cozinha do sítio.

Por um lado, isto denuncia uma ineficiente política social para o setor rural que atinge desde a educação. Apesar de 100% das crianças e jovens freqüentarem as escolas, não se registra uma modernização das técnicas de produção (o que poderia ser trabalhado mediante o incentivo ao ensino técnico) e até de setores ligados à produção de alimentos. Esta situação realça-se pela quase inexistência de programas de financiamento, assessoria e apoio à comercialização voltada para essas agroindústrias familiares.

Esta ineficiência tem, por um lado, um custo social, pois acaba por estagnar uma alternativa que tem-se mostrado promissora, tanto no barateamento de produtos como na possibilidade de aumentar o nível de emprego nos setores rurais (o que, por enquanto, tem ocorrido apenas no âmbito familiar) conforme atestam a literatura sobre o tema bem como os dados levantados.¹⁰

Paralelo a este processo, existe um custo fiscal pois, como foi visto, quase nenhuma das propriedades visitadas recolhe impostos, registra a empresa, o produto ou os eventuais funcionários. Um outro aspecto deste custo social é a quase inexistência de orientação e fiscalização sanitária que, quando opera, é sempre no sentido punitivo, não garantindo efetivamente a qualidade dos produtos ao consumidor e ainda gerando mais dificuldades às pequenas indústrias rurais. Acentue-se aí o completo distanciamento econômico e cultural entre exigências técnicas e a realidade dos produtores, distanciamento que transforma estas exigências não em termos para a garantia da qualidade do produto, mas em critérios de produção nunca antes imaginados em função da subjetividade tradicional que recobre esta forma familiar de produção e, portanto, um empecilho para o seu florescimento.

Por outro lado, esta inoperância do setor público revela a necessidade de ampliar a atuação das entidades associativas. Esta necessidade fundamenta-se na boa capacidade de atração que as mesmas exercem sobre os pequenos industriais rurais. Talvez uma ação integrada entre setor

público, associações e cooperativas agrícolas, a que se filiam mais da metade das agroindústrias familiares, poderia viabilizar, a baixo custo, programas de assessoria técnica, em diversas áreas, o que parece ser o principal problema, ao lado da óbvia dificuldade financeira por que passam essas unidades produtoras. Leve-se em consideração a próxima relação entre as associações rurais e as pequenas empresas agroindustriais, situação que poderia contribuir para a geração de programas muito específicos com controle e avaliação ágil, elementos estes essenciais para um eficiente controle de qualidade. A viabilidade deste procedimento é atestada em cidades como Missal e Marechal Cândido Rondon, onde a existência de feiras municipais, organizadas por meio de parcerias entre associações de produtores e prefeituras, tem representado um importante papel para o sucesso destes microempreendimentos. Também este estudo, realizado numa parceria entre setor público e entidades representativas, atesta que alguns frutos, embora modestos, podem ser colhidos.

Por fim, acredita-se que, mediante a crise no setor agrícola, as agroindústrias familiares podem ser vistas como uma alternativa aos pequenos produtores. A ineficiência das políticas governamentais, que parecem não estar integradas ao público a que se aplicam, aponta para a necessidade de uma parceria com as entidades representativas que, pelo contrário, apresentam uma forte inserção entre os pequenos industriais rurais, o que contribuiria para ampliar o papel desempenhado por este setor, com grandes possibilidades de emergência.

Parece que o crescimento e modernização das agroindústrias familiares trariam frutos tanto para o setor público na forma de arrecadação, como na área social, elevando o número de empregos rurais e o bem-estar social no setor. Crê-se, desta, forma que o aspecto mais enfraquecido e com mais necessidade (e possibilidades) de incremento seja a área das assessorias, que poderiam ser objeto da implementação da parceria citada. Ou seja, com o aumento da racionalização e profissionalização da produção, do nível de qualidade dos produtos, do âmbito dos mercados e da especialização técnica, poderá a cozinha do sítio transformar-se num celeiro de abastecimento de maiores proporções, bem como num campo de trabalho mais amplo e alternativo à migração campo-cidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁰ Discussões recentes vêm realçando esta temática. Sobre isto, ver: Mattei (1998), Couto e Couto Filho (1998), Silva (1998), Souza (1998), Couto (1998), Jones e Bressan (1998), entre outros.

Este trabalho constituiu-se num levantamento de dados primários tendo como objetivo fornecer um panorama geral sobre a situação das agroindústrias familiares de algumas localidades do oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, Santa Lúcia, Missal, Vera Cruz do Oeste e Lindoeste) para 1998.

Destarte o intuito do trabalho foi, conforme proposta do Fórum Regional das Entidades do Oeste do Paraná (FREOP), explicitar a ocorrência de um conjunto de condições de produção das agroindústrias familiares envolvendo: área de comercialização, clientela, acesso a mercados mais distantes, grau de profissionalização e interação da legislação vigente, existência de assessorias, disponibilidade de crédito, nível tecnológico, aspectos da produção e fixação de mão-de-obra.

Pôde-se inferir por este trabalho que as agroindústrias familiares pesquisadas são essencialmente ligadas à pequena propriedade com baixa capitalização, marcada pelo tradicionalismo que atinge produção, administração e comercialização. A ausência de programas de financiamento, assessoria e apoio à comercialização e a relativa dificuldade de permanência de grupos mais jovens no setor contribuem para o distanciamento econômico e a defasagem tecnológica dessas unidades.

Como orientações para políticas, salienta-se a necessidade de maior integração entre setor público, associações e cooperativas agrícolas, procurando, com isto, viabilizar, a baixo custo, programas de assessoria técnica e econômica para esses empreendimentos de natureza familiar.

Apesar da existência de fatores limitadores, as agroindústrias familiares podem ser vistas como uma alternativa aos pequenos produtores. Seu melhor dinamismo não só refletirá na própria modernização do setor, como em maiores arrecadações (impostos) e nível de emprego e de qualidade de vida no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- CAMARGO, A. Os usos da história oral e da história de vida: trabalhando com elites políticas. **Revista Dados**, v.27, n.01, 1984.
- CARVALHO, Y. M. C. de; KUHN, V. L. Agricultura familiar e programas especiais de financiamento. **Prognóstico Agrícola**. São Paulo, v.2, p.56-69, 1998.
- CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G.da; STOLKE, V. (orgs). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COLOGNESE, S.A. **A produção da representação sindical**. Porto Alegre, IEPE/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991. (Dissertação de Mestrado)
- COUTO, A. T. Artesanato: uma estratégia de sobrevivência da agricultura familiar. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (eds) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. p.909-922.
- COUTO, V. de A.; COUTO FILHO, V. de A. A urbanização do trabalho rural. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (ed) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. p.589-602.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Censo Demográfico 1991.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Censo Agropecuário 1985 - Paraná.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - FIBGE - Censo Agropecuário 1995-1996 - Paraná.
- IASCHOMBEK, C.; SANTOS, C. V. dos. Fontes de crescimento da produção agrícola paranaense no período de 1981 a 1995. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (ed). **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. p.523-537.
- JONES, A. da S.; BRESSAN, M. Produção familiar, pós-modernidade e capitalismo: possibilidades da agricultura independente. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (ed) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas**. Brasília: SOBER, 1998. p.869-877.
- MATTEI, L. As ocupações não-agrícolas no meio rural catarinense na década de 90. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Edts) **O agronegócio**

- brasileiro: desafios e perspectivas.** Brasília: SOBER, 1998. p.567-576.
- MÜLLER, G. Agricultura e industrialização do campo. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.2, n.1(6.), p.47-77, abr./jun. 1982.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: HUCITEC, 1981.
- PAULA, N. M. de. Os camponeses e a intermediação comercial - um estudo sobre as relações mercantis dos pequenos produtores do Sudoeste Paranaense. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1983. (Dissertação de Mestrado).
- PIFFER, M. A dinâmica do oeste paranaense: sua inserção na economia nacional. Curitiba: Departamento de Economia/Universidade Federal do Paraná, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- SHANIN, T. A definição do camponês: conceituação e desconceituações. Estudos CEPRAP, v.26, 1980.
- SILVA, A. G. da. Atividades não-agrícolas no rural Potiguar: uma “nova” opção de emprego no campo. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (ed) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas.** Brasília: SOBER, 1998. p.603-616.
- SOUZA, M. de. As ocupações rurais não-agrícolas na região leste do Estado do Paraná. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (ed) **O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas.** Brasília: SOBER, 1998. p.655-667.